

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO E DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NA REGIÃO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP (1998-2012)

*Dorival Borelli Filho*²
*José Gilberto de Souza*³

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma espacialidade, sobretudo, caracterizada, pela homogeneização da paisagem agrícola e monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial, a Região de Ribeirão Preto (SP), entre os anos de 1998 a 2012, tendo como principal referência as ações de ocupações de latifúndios com elevado passivo ambiental pertencentes ao setor sucroenergético, além de áreas públicas arrecadadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, mas que continuavam a

¹Projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro, com o título de A (Re) Construção do Território Camponês nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável da Região de Ribeirão Preto (SP), sob a orientação do Prof. Dr. José Gilberto de Souza.

²Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. dorivalborelli@ig.com.br

³Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. jgilbert@rc.unesp.br

ser ilegalmente utilizadas pela agroindústria sucroalcooleira, ocupações engendradas pelo movimento social camponês como principal modalidade de luta pelo acesso e democratização da posse da terra no país. Para tanto, foram registradas as ações de ocupações de terras lideradas pelo movimento nesta espacialidade, bem como, o número de famílias em processo de ocupação, dados esses relacionados com a criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos organismos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no estado de São Paulo (INCRA e ITESP) e com o número de famílias assentadas nesta região.

Palavras-chave: MST; Região de Ribeirão Preto; Capital agroindustrial; Processos de ocupação; Reforma agrária.

***Abstract:** This article aims at analyzing the process of spatialization and territorialization of the Landless Rural Workers Movement (MST) in a spatiality mainly characterized by the homogenization of the agricultural landscape and territorial monopoly engendered by the agro-industrial capital, in the region of Ribeirão Preto (SP), between the years 1998 to 2012, having as main reference the actions of occupation of large estates with high environmental liability, belonging to the sugarcane industry, and public areas collected by the state government auction, coming from tax debt, but remained illegally used by sugarcane agribusiness occupations engendered by the social movement as a primary modality of peasant struggle for access and democratization of land ownership in the country. For this purpose, we recorded the actions of land occupations led by the movement in this spatiality as well as the number of families in the process of occupation, these data being related to the creation of new projects of rural settlements by state agencies responsible for the implementation of land reform in the state of São Paulo (INCRA and ITESP) and the number of families settled in this region.*

Keywords: MST; Ribeirão Preto region; Agroindustrial capital; Occupation processes; Agrarian reform.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na

Região de Ribeirão Preto (SP), entre os anos de 1998 e 2012, espacialidade essa, sobretudo, caracterizada pela homogeneização da paisagem agrícola e monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial (produção de cana-de-açúcar), tendo como principal referência as ações de ocupações de latifúndios improdutivos com elevado passivo ambiental pertencentes ao setor sucroenergético, além de áreas públicas arrecadadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, mas que continuavam a ser ilegalmente utilizadas pela agroindústria sucroalcooleira, ocupações engendradas pelo movimento social camponês como principal modalidade de luta pelo acesso e democratização da posse da terra no país.

Para tanto, foram registradas as ações de ocupação de terras lideradas pelo movimento nesta espacialidade, bem como, o número de famílias em processo de ocupação, dados esses relacionados com a criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos organismos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no estado de São Paulo (INCRA e ITESP) e com o número de famílias assentadas nesta região. Neste sentido, pretende-se demonstrar que a reforma agrária continua a se caracterizar não como uma política pública de iniciativa estatal, em um processo de luta política liderada pelos movimentos sociais, especialmente, entre os anos de 2003 e 2012, que correspondem ao exercício dos Governos Populares, sendo, especialmente determinada pelas ações dos movimentos sociais camponeses, em seus processos de espacialização e territorialização, instituindo territórios de autonomia e alteridade.

A perspectiva de análise territorial empreendida neste estudo compreende os projetos de assentamentos rurais, sobretudo, como resultado da luta de classes engendrada pelos movimentos sociais camponeses contra o capital agroindustrial, constituindo-se na força motriz do desenvolvimento da história, da sociedade e na produção do território camponês, compreendido como síntese contraditória, que se manifesta do ponto de vista do seu controle efetivo, apropriado nas suas mais distintas composições. Dessa maneira, o território é produto concreto das lutas de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2007).

O Agronegócio Sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto

Percorrendo a Rodovia SP-333, saindo de São José do Rio Preto em direção a Ribeirão Preto, o condutor do veículo terá a impressão que está adentrando em um gigantesco canavial ou em um verdadeiro 'mar de cana', na expressão do ex-ministro da Agricultura do Governo Lula, João Roberto Rodrigues. No

princípio dessa atividade, o plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar eram atividades parceiras, mas desarticuladas. Não era regra o latifundiário concentrar a propriedade da usina. Atualmente, a integração agricultura-indústria é praticamente absoluta na região. A partir da década de 1980, a laranja começa a ganhar terreno (quando ondas de geadas começaram a desestabilizar essa produção na Flórida) e a região passa a ser conhecida como o título de "Califórnia Brasileira".

Em meados da década de 1980, a presença da cana-de-açúcar e da laranja na região começa a atrair (e continua a atrair) uma população migrante de milhares de trabalhadores rurais para o corte da cana-de-açúcar e a colheita da laranja, fenômeno esse que fez duplicar a população de Ribeirão Preto nos anos 80, população migrante essa que irá se manifestar nos levantes de Guariba, em maio de 1984, contra a exploração dos usineiros que almejavam intensificar o ritmo do corte da cana-de-açúcar sem nenhum ganho real para esses trabalhadores.

A grande maioria desses trabalhadores é oriunda das regiões mais pobres do país: o Nordeste, especialmente, o Maranhão e o Piauí, e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Algumas estimativas apontam cerca de 50 mil migrantes, em sua maioria jovens, que se deslocam todos os anos a partir do mês de março e permanecem na região em alojamentos construídos pelas usinas ou em pensões nas cidades-dormitório (Barrinha, Guariba, Pradópolis, entre outras), até o fim da safra, no início do mês de dezembro. São os denominados "migrantes temporários", embora esse tipo de migração possa ser caracterizada como permanentemente temporária, pois existe desde o início dos anos 60 (SILVA, 2008).

Geralmente, esses trabalhadores migrantes temporários são arregimentados por intermediários das usinas, os chamados "gatos" e, em algumas situações, de acordo com denúncias do Ministério Público e da Pastoral do Migrante, são submetidos às condições análogas à escravidão, veiculadas na imprensa local, regional, nacional e mesmo internacional. As condições de trabalho desses trabalhadores migrantes são caracterizadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Para se ter uma ideia, na década de 1980, a produtividade exigida para esses trabalhadores era de 5 a 8 toneladas de cana-de-açúcar cortada/dia; na década de 90, passa a ser de 8 a 9 e, em 2000, para 10, e, em 2004, para 12 a 15 toneladas cortadas ao dia (SILVA, 2008).

Chegando a Ribeirão Preto pela Rodovia SP-333, o condutor do veículo se deparará com um marco em uma rotatória da cidade onde está escrito: Ribeirão Preto – Capital Brasileira do Agronegócio. A partir de 2002, o município passa

a ser oficialmente reconhecido como o centro de uma região onde o agronegócio encontra sua expressão mais extremada, ao configurar-se, como um dos centros mais significativos de produção de açúcar, álcool e suco de laranja concentrado do país, o que, por sua vez, também vem conduzindo o sucesso das feiras agropecuárias locais.

A partir de 1994, toda a riqueza produzida pelo município e pela região passa a ser exposta nas vitrines dos *agrishows*, feiras realizadas com a intenção de revelar o "Brasil Moderno", com tecnologias altamente avançadas, cuja agricultura é movida tão somente por máquinas. Contudo, existe uma outra realidade situada atrás do palco desse show: um mundo invisível, responsável pela produção da riqueza dessa região, escondido no meio das ruas dos canaviais: a exploração de trabalhadores rurais (SILVA, 2008).

A homogeneização da paisagem pelo agronegócio é a homogeneização de uma forma de produção espacial, objetiva se tornar sentido único de projeção humana e submeter todas as práticas sócio-espaciais a uma estética urbano-agro-industrial (Ribeirão Preto - Capital do Agronegócio), contraditoriamente uma pseudo-negação do agrário (SOUZA; PERES, 2012, p. 5).

No âmbito da paisagem estes elementos se articulam a uma espacialidade que supera as áreas essencialmente produtivas promovendo transformações no conjunto de estruturas espaciais (rodovias, redes urbanas e mesmo na mecanização da produção) que objetivam dar um sentido de modernidade e de desenvolvimento. Um processo que atinge a dinâmica de preços de terras ao intensificar as estratégias empresariais de produção do espaço, por meio da expansão territorial produtiva (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

A produção e a indústria canavieira é o cenário no qual o município se evidencia, com suas tecnologias e seus impactos sobre a vida do trabalhador rural, sendo que um significativo contingente desse segmento coexiste em municípios e nas cidades circunvizinhas, entre usinas de cana-de-açúcar e sofisticados implementos agrícolas. Historicamente, a fertilidade do solo norteia o desenvolvimento local, projetando homens na esfera política, financiado projetos de poder político, distinguindo classes sociais, condições de vida e relações de trabalho (TONETTO, 2007).

O modelo de desenvolvimento agrícola implementado na região, especialmente, a partir da década de 1980, com a instituição do Proálcool,

apresenta-se como um exemplo latente das transformações ocorridas no campo brasileiro com processo de "modernização" da agricultura, especialmente, a partir da década de 1960, pois, ao mesmo tempo em que, comporta uma agricultura com elevado valor comercial, sobretudo em razão das atividades desenvolvidas nos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, por outro lado, também vem produzindo graves problemas de ordem social e ambiental (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

Os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas encontram-se relacionados, principalmente, à monocultura da cana-de-açúcar, em especial, a prática da queima da palha na época da colheita e o descarte da vinhaça. Além desse fato, o uso intensivo do solo e de insumos químicos (agrotóxicos) tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

A história objetivada dessa região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, das multicoloridas plantações de milho, algodão, amendoim e feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao padrão monocromático dos canaviais, exceto nas áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem (SILVA, 2008, p. 3).

Ainda quanto aos negativos impactos sociais ocasionados por esse modelo de desenvolvimento agrícola implantado na região, podem ser mencionados, a princípio, às péssimas condições de trabalho e moradia a que se encontram submetidos os trabalhadores rurais, os denominados "boias-frias" (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009). O ambiente de trabalho vivenciado diariamente pelos cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira, denominados pejorativamente de "boias-frias", é extremamente inóspito, caracterizado por altas temperaturas, repleto de fuligem da cana queimada e cercado por animais peçonhentos. A cultura da cana-de-açúcar nessa região ainda não conseguiu se desvincular de elementos arcaicos como a monocultura, o latifúndio e a escravidão, sendo comum a exploração da mão-de-obra em condições precárias, com alta carga de trabalho, baixos salários, alimentação

ruim e equipamentos inadequados para os trabalhadores (CARVALHO, 2008).

A existência de condições análogas à escravidão dos trabalhadores canavieiros não é uma realidade difícil de encontrar nessa região. O descaso das autoridades estatais e dos usineiros para com esses trabalhadores expressa a barbárie do capital, um verdadeiro retrocesso histórico para a classe trabalhadora. A violação de direitos humanos e sociais em favor da acumulação de lucros se manifesta na omissão de direitos e na negação de conquistas, ao sujeitar à servidão aqueles que não reúnem condições para satisfazer dignamente as suas necessidades na sociedade de mercado (CARVALHO, 2008).

A lógica de exploração do capital agroindustrial nessa região caminha lado a lado com a utilização de insumos mecânicos/químicos e tecnologias altamente avançadas, simultaneamente, com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos trabalhistas, casos de escravidão por dívidas, registros de mortes, ocasionadas pelas altas exigências de produtividade e uso de entorpecentes estimulantes durante o horário de trabalho. A permanência da mão-de-obra migrante, falsamente denominada temporária, constitui o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio das usinas canavieiras paulistas (SILVA, 2005).

Ainda sobre os registros de mortes nas lavouras canavieiras ocasionadas, sobretudo, pelas altas exigências de produtividade, convém esclarecer que a exaustão física está entre as principais causas de morte desses trabalhadores rurais, em inúmeros casos mascaradas pelas autopsias locais. Quando o cortador de cana migrante não consegue retornar a sua terra natal após adquirir alguns poucos bens de consumo, falece de tanto trabalhar nas lavouras paulista, não suportando o ritmo extenuante trabalho análogo à escravidão, fato esse, extremamente, comum, pois entre 2006 e 2007 foram constatadas dezenove mortes por excesso de trabalho, algo em torno de dez mortes ao ano ou seis durante o período da safra.

Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, uma vez que, para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés-do-chão, exigindo a total curvatura do corpo. Depois que o trabalhador abraça as canas, são necessários vários golpes de facão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes – leiras – e, novamente, o ciclo é recomeçado. Além disso, quando as canas ainda estão com folhas, estas são retiradas pela perna

esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Recente pesquisa revela que em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos.

Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água. Junto com o suor, perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à freqüente ocorrência de câimbras.

A este cenário podemos acrescentar: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7 horas e termina por volta das 17 horas; a fuligem, que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isso ocorra (SILVA, 2008, pp. 6-7).

Além de possuir graves problemas de ordem ambiental e social, especialmente, trabalhistas, tornando passíveis de desapropriação inúmeras propriedades rurais nessa localidade, a região também vem comportando um elevado índice de concentração fundiária, com cerca de 7% de proprietários detendo a posse de, aproximadamente, 70% de suas terras, configurando-se dessa maneira como uma região extremamente tensa, um verdadeiro "barril de pólvora" preste a eclodir

no interior do estado de São Paulo (GRAZIANO, 2004)⁴.

A partir de 2003/04, em razão da elevação dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, especialmente, da saca de açúcar e também de um expressivo aumento da demanda por biocombustíveis com a criação dos automóveis *flex-fluel* ou multicomcombustíveis, que, em 2012, atingiu 3.162.822 de unidades vendidas (Tabela 1), especialmente, em razão da elevação da demanda pelo álcool combustível, considerado um combustível mais limpo em termos ambientais, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo, o agronegócio sucroalcooleiro passou a conhecer novamente um momento de expansão no interior do estado de São Paulo, após um período de crise e de desregulamentação e/ou desamparo de políticas públicas estatais direcionadas para o setor, durante a década de 1990, com a extinção do Proálcool em 1991.

O desenvolvimento dos veículos *flex-fluel*, criados em 2003, deu um novo impulso ao setor sucroalcooleiro, consolidando o álcool como combustível automotor, pois esse artifício vem inibindo o receio do mercado consumidor frente a uma possível crise de desabastecimento. A garantia de que, em uma provável escassez de álcool, a gasolina será um substituto adequado, tem resultado em uma transformação no setor energético, com impulso na produção, sustentado pelo consumo interno (RAMOS, 2008).

⁴De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas áreas produtoras de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, dos 5 milhões de hectares plantados, somente 20% é pertencente a pequenos e médios produtores rurais. As áreas de cana-de-açúcar plantadas na Região de Ribeirão Preto são de propriedade de somente 8 famílias. A corrida pela compra e/ou arrendamento de terras para a cana-de-açúcar, em São Paulo, também tem sido intensa suficiente ao ponto de produzir conflitos entre usineiros e empresas produtoras de suco de laranja (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008).

Tabela 1 – Vendas Anuais de Automóveis Movidos a Gasolina, Etanol e Flex-Fluel (2003-2012).

Ano	Gasolina	Etanol	Flex-Fluel	Total
2003	1.152.463	36.380	48.178	1.237.021
2004	1.077.945	50.950	328.379	1.457.274
2005	697.004	32.357	812.104	1.541.465
2006	316.561	1.863	1.430.334	1.748.758
2007	245.660	107	2.003.090	2.248.857
2008	217.021	84	2.329.247	2.546.352
2009	221.709	70	2.652.298	2.874.077
2010	280.704	50	2.876.173	3.156.927
2011	376.998	51	2.848.071	3.225.120
2012	274.030	52	3.162.822	3.436.904

Fonte: ÚNICA, 2013.

Em razão das condições favoráveis do preço do açúcar no mercado internacional e de uma maior demanda interna pelo álcool combustível, a área de cana-de-açúcar disponível para colheita no estado de São Paulo salta de 3.002.676 hectares, em 2003, para 5.400.823 hectares, em 2011 (Tabela 2). Contudo, esse mesmo ritmo de expansão fundiária da agroindústria canavieira não conseguiu seguir na mesma intensidade na região agrícola de Ribeirão Preto, que, em 2003, possuía 30.576 hectares cobertos por cana-de-açúcar e, em 2011, 32.080 hectares disponíveis para a colheita (Tabela 3), crescendo tão somente 1.504 hectares em um período de nove anos. Os dados evidenciam uma provável escassez de terras para a expansão do setor sucroalcooleiro nessa região.

Tabela 2 – Área de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2011) (ha).

Ano	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma	Total cultivado
2003	2571334	0	0	2571334	431342	3002676
2004	2360012	417538	112310	2889860	275527	3165387
2005	2594585	246426	205958	3046969	317735	3364704
2006	2754259	294609	305603	3354471	306684	3661155
2007	3040725	284390	636814	3961929	287993	4249922
2008	3506411	276992	661874	4445277	428663	4873940
2009	4190036	385941	321801	4897778	344710	5242488
2010	4569154	289860	137445	4996459	306883	5303342
2011	4453362	259265	156437	4869064	531759	5400823

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

Tabela 3 – Área de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto/SP (2003-2011) (ha).

Ano	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma	Total cultivado
2003	25310	0	0	25310	5266	30576
2004	21380	5128	5	26513	3987	30500
2005	23910	3729	576	28215	2883	31098
2006	24240	2799	563	27602	4399	32001
2007	23792	4128	417	28337	2929	31266
2008	25598	2913	952	29463	2809	32272
2009	26314	2778	122	29214	3272	32486
2010	26836	3006	0	29842	2385	32227
2011	25970	2180	110	28260	3820	32080

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

A Região Agrícola de Região de Ribeirão (RA/SP) encontra-se localizada dentro da área de expansão central da cana-de-açúcar no país, considerada como a principal região produtora. Nesta localidade, o processo de expansão da produção canavieira vem ocorrendo de maneira concentrada, por razões de logística. Ainda a respeito dos prejuízos ambientais ocasionados pela expansão da atividade canavieira nessa região, além dos danos ambientais anteriormente elencados (queima da palha da cana na colheita, uso intensivo do solo e de insumos químicos que tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos) convém considerar que as áreas de preservação ambiental (Reserva Legal) em terras agrícolas nessa região correspondem a 10%, ou seja, encontram-se abaixo do mínimo definido em lei para o bioma, os 20% estabelecidos pelo Código Florestal de 1964 (Lei n°. 4771/64), (SPAROVEK *et al.*, 2009), que, apesar das recentes tentativas de reformulação engendradas pela banca ruralista no Congresso Nacional, manteve essa determinação para o Estado de São Paulo⁵.

Além dos prejuízos ambientais ocasionados pela agroindústria canavieira, a destinação de matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis também vem sendo questionada pelos prováveis impactos negativos sobre a

⁵De acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal, em 2002, na Região Ribeirão Preto, a cobertura vegetal nativa é da ordem de 13,7% (ALYJÚNIOR, 2011).

segurança alimentar, pois a expansão desta atividade pode resultar em uma redução de áreas agrícolas destinadas a culturas alimentares, com consequente redução de suas produções e elevação de seus preços, agravando a situação social das famílias mais pobres, que destinam grande parcela de suas rendas à compra de alimentos (FAO, 2010).

Ainda a respeito deste momento específico de crescimento da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, convém considerar que a mecanização da colheita da cana-de-açúcar também tem se elevado nessa região, fato esse que não necessariamente significa um avanço em termos ambientais, podendo ainda vir a ocasionar um índice maior de desemprego nessa região. Durante a safra 2009/10, mais da metade da colheita da cana foi realizada sem queima da palha, atingindo aproximadamente 56%, contra 44% em que se utilizou do recurso. Na safra de 2006/2007, a colheita sem queima chegou aos 34%. No caso específico da região agrícola de Ribeirão Preto, localidade onde o setor sucroalcooleiro parece ter conhecido o seu limite de expansão e concentração fundiária, em 2006, a área de cana-de-açúcar colhida crua foi de 38.7% (150.926 ha), contra 61.3% (239.373) colhida com queima, porém, em 2011, esses números praticamente se invertem com a área de colhida crua atingindo 63.1% (263.653 ha) contra 36.9% (154.344 ha) colhida com queima da palha da cana-de-açúcar (Tabela 04) (INPE, 2012).

Tabela 4 – Área de Cana Colhida Crua e com Queimada em Ribeirão Preto/ SP (2006-2011) (ha).

Ano	Crua (ha)	Crua (%)	Queima (ha)	Queima (%)	Total (ha)
2006	150.926	38.7	239.373	61.3	390.299
2007	179.902	46.0	211.448	54.0	391.350
2008	201.959	48.9	211.299	51.1	413.258
2009	223.218	56.6	171.267	43.4	394.485
2010	249.180	57.6	183.094	42.4	432.274
2011	263.653	63.1	154.344	36.9	417.997

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

A Região de Ribeirão Preto, em razão dessa alta demanda por terras para a produção sucroalcooleira, possui aproximadamente 98% de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, com 40 usinas que produzem 30% do álcool e do açúcar produzidos no país, com uma produção anual de 80 milhões de toneladas (SILVA, 2005). A comercialização desse açúcar é essencialmente voltada para

atender uma demanda do mercado internacional, tendo como principais destinos a América do Norte e a Europa. Por outro lado, a maior parte do álcool combustível (etanol) produzido é comercializada no mercado interno brasileiro. Em razão dos preços atrativos do açúcar no mercado internacional, os empresários do setor sucroalcooleiro têm constantemente alterado o *mix* da cadeia produtiva, direcionando a maior parte da colheita da cana para a produção de açúcar, o que, por sua vez, tem ocasionado alta nos preços do álcool e crises de abastecimento, ao ponto do país ter necessitado importar o combustível em 2011⁶.

Apesar de quase possuir a totalidade de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, processo que tem homogeneizado a sua paisagem rural, transformando a região em um verdadeiro "mar de cana", a demanda por terras nessa localidade continua em alta, realizando constantemente o agronegócio sucroalcooleiro inserções na espacialidade de pequenas propriedades agrícolas e em projetos de assentamentos rurais, mediante a cooptação e/ou o aliciamento de pequenos produtores rurais endividados, especialmente, de citricultores⁷, e/ou de famílias assentadas beneficiárias do programa de reforma agrária, a fim de que vendam, arrendem seus lotes familiares ou passem a produzir cana-de-açúcar em um sistema de parceria com o setor sucroalcooleiro e, neste sentido, podemos compreender que:

(...) o avanço do capital monopolista e de seus efeitos sobre as relações sociais produtivas marcadas pela subsunção do trabalho e da natureza ao

⁶Apesar do etanol não ter atingido um patamar de padronização e plena inserção no mercado internacional, o açúcar ainda se mantém como a expressiva "*commoditie*" do setor sucroenergético. Nos últimos anos o volume mundial de comercialização do etanol vem aumentando de forma significativa vis a vis a expansão de plantas de processamento em países da América do Sul e África. Um processo que evidencia a expansão econômica do setor, alicerçado ainda pelas estratégias de diversificação produtiva concêntrica, a partir da produção de energia de bagaço e palha e de subprodutos para setores químicos e plásticos (SOUZA, 2011).

⁷A pior crise vivenciada pela citricultura paulista, em 2012 deverá abrir espaço para uma maior espacialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, com os citricultores migrando para atividades agrícolas mais rentáveis. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), conheceu uma redução significativa da área plantada com laranja de 541 mil hectares, na safra de 2012, para 481 mil hectares, em 2013, com a erradicação de 25 milhões de pés de laranja. Na Região Agrícola de Ribeirão Preto, os 2.828.500,00 pés em produção existentes, na safra de 2003, foram reduzidos para 1.417.410,00 na colheita de 2012 (IEA, 2013).

transformar a matriz de produção regional e impor modelos hegemônicos de produção e de relações sociais produtivas. Trata-se de uma lógica que promove a demanda por terras determinando alteração no valor de troca e a concentração fundiária. Insere a terra no âmbito das relações comerciais na trajetória de *commoditização* da agricultura, alterando as condições dos termos de troca, deteriorando-os, e reforça o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, consolidando, portanto seu papel como produtor de *commodities*, tal como se propôs no Consenso de Washington (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

Adentrado ao processo de concentração fundiária verificado na Região de Ribeirão Preto, especialmente, através do aliciamento da agricultura familiar, observa-se que, em razão da incorporação de grandes quantidades de terras para a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 2006 a 2008, o Índice de Gini teve um aumento nessa região, mantendo-se nos níveis de forte a muito forte, verificando-se uma elevação principalmente em áreas de 500 a 1.000 hectares (OLIVETTE; CAMARGO, 2009) (Tabela 05).

Tabela 5 – Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto/SP (2008).

Área em hectares	1995/96	2007/08
(0 a 20)	8,97	9,17
(20 a 50)	32,23	31,95
(50 a 200)	102,56	99,79
(200 a 500)	318,58	318,38
(500 a 1.000)	694,31	702,16
(1.000 a 5.000)	1.882,53	1.844,35
Acima de 5.000	9.101,27	9.038,80
Total	107,10	91,27
Índice de Gini	0,78	0,78

Fonte: Olivette; Camargo, 2009.

Além dos verificados processos de concentração fundiária, de homogeneização territorial e paisagística e de monopolização do capital agroindustrial sobre o território, a demanda por terras para a produção sucroalcooleira na Região Agrícola de Ribeirão Preto tem alavancado significativamente o valor da terra nua ou terra de cultura de primeira, que, em um período de dez anos (2003 a 2012), conheceu uma taxa de crescimento nominal de 167% e real de 108,35⁸, com preço médio de um hectare agrícola saltando de R\$ 10.973,37, em 2003, para R\$ 29.269,97,

em 2012, e podendo atingir a cifra de R\$ 37.190,08, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 6).

Tabela 6 – Valor do Hectare na Região Agrícola de Ribeirão Preto/SP (2003-2012).

Ano	Menor Valor (R\$)	Maior Valor (R\$)	Valor Médio (R\$)
2003	4.958,68	18.595,04	10.973,37
2004	4.958,68	24.793,39	16.000,92
2005	8.264,46	24.793,39	16.963,90
2006	8.264,46	24.793,39	16.963,90
2007	9.504,13	28.925,62	19.834,71
2008	9.504,13	41.322,31	24.858,63
2009	2.479,34	33.057,85	23.510,22
2010	16.528,93	33.057,85	26.424,53
2011	16.528,93	37.190,08	27.294,48
2012	16.528,93	37.190,08	29.269,97

Fonte: Adaptado de IEA, 2013.

Espacialização e Territorialização do Movimento Social Camponês

Embora a Região de Ribeirão Preto apresente aparentemente bons indicadores sociais e econômicos, com elevados índices de produtividade, situando-se como a mais rica região do estado de São Paulo⁹, em contraste com a Região do Pontal Paranapanema, a mais pobre deste estado e de forte atuação de

⁸De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa de inflação acumulada entre 2003 a 2012 atinge a cifra de 58,65%.

⁹A Macrorregião de Ribeirão Preto possui um Produto Interno Bruto (PIB) que gira em torno de R\$ 39.756.796.000,00 e um PIB *per capita* que se situa na casa de R\$ 16.688,70. A cidade de Ribeirão Preto, considerada o município sede dessa região, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,855, ocupando a 6ª colocação no estado de São Paulo, um PIB de R\$ 13.896.532,740, 28ª colocada no país, e um PIB *per capita* de R\$ 24.898,11 (IBGE, 2010).

Os índices oficiais de desenvolvimento humano do município são questionados, quando tomadas análises específicas que incidem sobre áreas de periferia urbana da cidade (Bairro Jardim Aeroporto e Salgado Filho I), que apontam um IDH de 0,584, considerado médio, expressando uma lógica contraditória que nega a perspectiva da marginalidade social verificada nesta espacialidade e comportando em análises comparativas índices inferiores quando analisados os projetos de assentamento rurais implementados pelo INCRA na área rural do município, os PDS's – Sepé Tiarajú e Mário Lago que possuem, respectivamente, um IDH de 0,599 e 0,612 (BELLENTANI, 2010).

movimentos sociais camponeses, esta localidade também vem se tornando, especialmente, a partir da década de 1980, palco de grandes conflitos fundiários, sobretudo, em razão da elevação do índice de desemprego, ocasionado, principalmente, pela crescente modernização da agricultura (mecanização do corte da cana-de-açúcar e da colheita da laranja), do fechamento de usinas e da presença organizada de movimentos sociais camponeses, elementos esses que, conjuntamente, vêm contribuindo para uma maior incidência de famílias acampadas e ocupações de áreas públicas e latifúndios improdutivos/produzidos pertencentes ao agronegócio local.

Atualmente, pode ser verificada nesta região a existência de quatro movimentos/organizações envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária e que, por sua vez, disputam a liderança política dos trabalhadores rurais sem-terra nessa localidade: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra); movimentos sociais camponeses considerados independentes e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), com sede em Araraquara e que, por sua vez, liderou os primeiros processos de mobilização, ocupações de terras e criação de assentamentos rurais nessa região antes da territorialização dos demais movimentos camponeses em meados da década de 1990.

O processo de espacialização e territorialização do MST na Região de Ribeirão Preto (SP) iniciou-se no final da década de 1990, realizando sua primeira mobilização em Araraquara em 1998. Quando os membros do movimento chegaram a Ribeirão Preto, foram, prontamente, auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPP), através de seu assessor Francisco Vannerom, mais conhecido como Padre Chico, um missionário de origem belga. Como o movimento não possuía um local próprio para seus membros instalarem-se, por intermédio de um amigo, o sacerdote conseguiu uma residência localizada na Avenida Saudade para hospedar as lideranças e os primeiros integrantes do movimento, que se encontravam abrigados no Sindicato dos Correios, transformando-se esta residência na sede do secretariado local do movimento sem-terra (TONETTO, 2007).

Após um breve período de organização, paulatinamente, o movimento começa a se expandir encontrando inclusive apoio em membros do Ministério Público Estadual, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em ONGs que lutam pela preservação do Aquífero Guarani, setores progressistas da Igreja Católica e lideranças petistas da região. Como estratégia de mobilização, as lideranças do movimento, passam a realizar periódicas visitas nas periferias urbanas de Ribeirão

Preto (Jardim Progresso, Salgado Filho e Simioni), conseguindo atingir um significativo número de cadastramentos. A esse estágio embrionário de articulação política e consolidação orgânica denominamos de espacialização, ações que projetam estes sujeitos sobre a espacialidade do agronegócio, como projeção social que externaliza intencionalidades e projetos sócio-políticos-territoriais.

Com o processo de espacialização do MST na Região de Ribeirão Preto, a luta pela posse da terra intensifica-se a partir de 1998-99, a territorialização da luta consolida a territorialização dos assentamentos, reestabelecendo novas lógicas nas relações e formas de apropriação da terra na região. Os diversos assentamentos criados na região não se constituem somente como uma espécie de resposta dos organismos estatais responsáveis pela reforma agrária (INCRA e ITESP) às ondas de ocupações lideradas pelo movimento sem-terra, mas, sobretudo, como concretudes históricas de luta e de enfrentamento aos setores econômicos organizados e ao próprio Estado.

O movimento camponês passa a utilizar como principal modalidade de luta, a fim de incrementar a reforma agrária nessa região, a ocupação de latifúndios improdutivos com elevado passivo ambiental pertencentes ao agronegócio local e áreas públicas arrematadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, além de desenvolver outras modalidades de luta, tais como: a ocupação de prédios das sedes dos órgãos estatais, manifestações, atos públicos, marchas e paralisações nas rodovias.

A trajetória de lutas do MST nessa região inicia-se no município de Restinga, no dia 1º de janeiro de 1998, com a ocupação da Fazenda Boa Sorte, que possui 3.025 hectares e encontra-se localizada a 80 km de Ribeirão Preto, no km 379 da Rodovia Cândido Portinari (SP 334) e a 18 km da cidade de Franca. Nas décadas de 1940 e 50, a área integrou o sistema de reflorestamento da Companhia Mogiana Estrada de Ferro. À época da ocupação, frente ao forte processo privatizações que marcou a década de 1990 (Governo FHC), a propriedade encontrava-se abandonada e estava sendo explorada ilegalmente por fazendeiros da região (ALBUQUERQUE, 2000).

O movimento conseguiu arrematar cerca de 200 famílias para essa ocupação em razão de uma forte onda de desemprego que se abateu sobre o município de Franca na segunda metade da década de 1990, sendo significativo neste trabalho de base (processo de mobilização) a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região, que, conjuntamente, com o MST, realizaram o cadastramento das famílias. Em setembro de 1998, após diversas liminares de reintegração de posse concedidas

pelo poder judiciário, situações de despejo e reocupação da área, a Fazenda Boa Sorte foi finalmente destinada à reforma agrária (ALBUQUERQUE, 2000).

Frente ao sucesso da primeira ocupação, o movimento desloca-se da região norte para o centro do estado de São Paulo, realizando a sua segunda ocupação, em território do capital agroindustrial, em 18 de dezembro de 1999, na Fazenda Bocaina, sede da antiga Usina Chimbó, no município de Matão, às margens da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, local onde o MST conseguiu reunir cerca de 1.200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, oriundas dos municípios de Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Taquaritinga, entre outros da região. Em razão da grande quantidade de famílias que se deslocaram para esse acampamento provisório, esses 1200 grupos familiares tiveram que ser organizadas pelo movimento em 32 núcleos de moradia com os seus respectivos setores (saúde, educação, higiene).

As reuniões, a fim de traçarem o plano de ocupação da Fazenda Chimbó, foram organizadas pelo MST na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Matão, cujos sindicalistas deram total apoio à ocupação. O movimento sem-terra obteve a informação de que os proprietários da área possuíam a época débitos fiscais junto à União. A ocupação da propriedade foi uma estratégia adotada pelo movimento a fim de pressionar o governo federal para que desapropriasse a área, destinando-a à reforma agrária.

A ação de ocupação da Fazenda Bocaina contou com o apoio de lideranças nacionais do MST, Gilmar Mauro, do Deputado Federal Luiz Carlos Grinraud, da então Prefeita de Jaboticabal, Maria Carlota Rocha (PT) e de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente, do Bispo da Diocese de São Carlos, Dom Joviano de Lima Júnior, que após dez dias de ocupação rezou uma missa no acampamento e trocando a sua mitra episcopal por um boné do MST, em um ato simbólico, cortou com um alicate em punho uma cerca de arame da propriedade ocupada pelo movimento.

À época, o Prefeito de Matão, Aduino Scardoelli (PT), também contribuiu com a ocupação, enviando água potável em caminhões-pipa para o local e instalando uma extensão da Escola Municipal Adelino Bordignon no acampamento. Apesar da infraestrutura básica concedida pelo poder executivo municipal, essa segunda ocupação do movimento na região não obteve sucesso. Em decisão contrária à da Juíza Sílvia Estela Gigena de Siqueira, da 1ª Vara Cível de Matão, o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou o pedido de liminar de reintegração de posse dos proprietários da área ocupada.

O acampamento Dom Hélder Câmara teve a existência efêmera de três meses. Após a ação de reintegração de posse, somente 122 das 1.200 famílias

permaneceram na luta pela reforma agrária na região, as quais foram deslocadas pelo movimento sem-terra para a Fazenda Santa Avóia¹⁰, localizada no município de Barretos (local em que não havia mínimas condições infraestruturais para o acampamento), onde permaneceram por cerca de dois anos. Em meio a diversas ações de reintegrações de posse, entre inda e vindas da fazenda para a estrada e da estrada para a fazenda, um grupo de 55 famílias desvinculou-se do MST. As famílias que permaneceram vinculadas ao movimento sem-terra conseguiram ser assentadas antes das que permaneceram neste local (TEIXEIRA, *et al.*, 2011).

A trajetória de lutas desencadeada pelo movimento no município de Restinga, em 1998, passa por Matão (1999) e, posteriormente, desloca-se para Barretos, ícone da produção pecuária e da modernidade do rodeio "esportivo", que consolida um amálgama ideológico entre modo de vida e padrão fundiário de ocupação territorial. Chega finalmente à área de influência da "Capital Brasileira do Agronegócio", no dia 17 abril de 2000, o denominado *Abril Vermelho*, com a ocupação da Fazenda Santa Clara¹¹, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km da sede econômico-administrativa dessa região, Ribeirão Preto, e mais propriamente no município, com a ocupação da antiga Fazenda da Barra, considerada o maior latifúndio improdutivo dessa região, no dia 3 de agosto de 2003.

Espacialização e Territorialização da Reforma Agrária

A ação sócio-espacial dos sujeitos e de suas formas de organização, os movimentos sociais, se consolidam a partir de dois momentos distintos, a espacialização e a territorialização. O primeiro processo se estabeleceu claramente a partir da organicidade produzida pelos movimentos sociais e sua articulação no campo e na cidade, construindo um amplo espectro de forças democráticas instaurando o debate e o conflito sócio-espacial, que se consubstancia a partir da monopolização do território pelo capital agroindustrial sucroenergético. O segundo momento se materializa a partir das formas de ocupação e resistência,

¹⁰A Fazenda Santa Avóia II, com área de 1270,43 hectares, havia sido declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 21 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), quando ocorreu sua ocupação em março de 2000.

¹¹Inicialmente o acampamento Sepé Tiarajú foi constituído por trabalhadores rurais sem-terra oriundos dos municípios de Jaboticabal, Rincão, Gavião Peixoto, Araraquara, Franca, Cajuru, Serrana, Cravinhos, Ribeirão Preto, que, por ocasião, se encontravam desempregados em razão da mecanização do corte da cana-de-açúcar na região.

demarcados pela desapropriação das terras e a efetiva territorialização de novas relações sócio-espaciais de produção a partir dos assentamentos rurais.

Nos anos que antecederam ao processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, praticamente inexistiam projetos de assentamentos rurais nesta localidade e, conseqüentemente, a atuação do INCRA, como principal agente da reforma agrária no país, era também inoperante nessa região. Os projetos de assentamentos rurais implementados próximos a essa região, geograficamente, localizam-se na microrregião de Araraquara.

Tais projetos de assentamento foram criados, quase que em sua totalidade, pela Fundação ITESP, que entre os anos de 1985 e 1997, assentou 389 famílias de trabalhadores rurais, em 5.572,72 hectares arrecadados para a reforma agrária (Tabela 07 e Gráficos 01 02). Somente o assentamento Bela Vista do Chibarro, implementado, em 1989, em área de 3.455,16 e com 176 famílias assentadas encontrava-se sob a administração do INCRA (ITESP, 2007), e que foram resultados das ações da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que, juntamente, com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MLPT (Movimento de Luta pela Terra) lideraram significativos processos de ocupação nessa espacialidade nas décadas de 1980 e 90.

Tabela 7 – Assentamentos Rurais Criados na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Município	Assentamento	Criação	Área (ha)	Domínio	Famílias	Liderança
Motuca	Monte Alegre I	05/85	726,00	ITESP	49	FERAESP
Motuca	Monte Alegre II	10/85	857,70	ITESP	62	FERAESP
Araraquara	Monte Alegre III	08/86	1.099,56	ITESP	76	FERAESP
Motuca	Monte Alegre IV	08/86	679,35	ITESP	49	FERAESP
Araraquara	Bela Vista do Chibarro	12/89	3.455,16	INCRA	176	FERAESP
Motuca	Monte Alegre V	10/91	483,76	ITESP	34	FERAESP
Araraquara	Bueno de Andrada	05/97	472,41	ITESP	31	FERAESP
Araraquara	Monte Alegre VI	05/97	1.253,94	ITESP	88	FERAESP
Total	8	-	9.027,88	-	565	-

Fonte: Adaptado de ITESP, 2007.

A análise conjunta dos gráficos a seguir revela uma simetria entre o número de famílias assentadas e áreas arrecadadas para a reforma agrária, mas, por outro lado, indica também lapsos de tempo na criação de novos projetos de assentamento na Região de Araraquara/SP, no período em estudo (1985 a 1997), notadamente, nos anos de 1987, 1988, 1990 e entre 1992 a 1996, retornando em 1997. Embora a atuação do INCRA tenha se restringido à criação de um único projeto de assentamento no decorrer do período analisado, o PA Bela Vista do Chibarro, no ano de 1989, este pode ser considerado o melhor da reforma agrária na região, com 176 famílias assentadas e 3.455,16 hectares arrecadados para o programa.

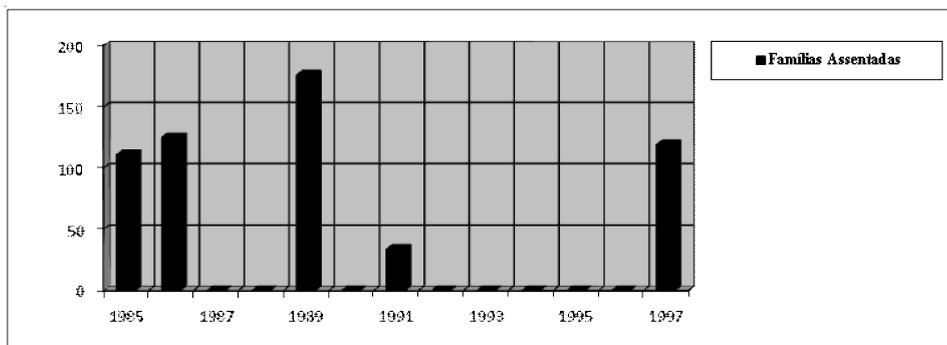


Gráfico 1 – Número de Famílias Assentadas na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

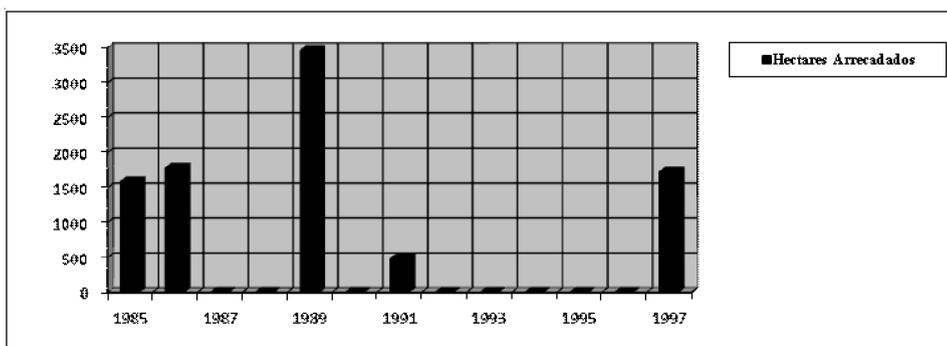


Gráfico 2 – Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

A partir do processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, utilizando-se, especialmente, das ocupações de latifúndios sob domínio do agronegócio sucroalcooleiro como principal estratégia para o acesso a terra (Tabela 8) e da ação política objetivando pressionar os organismos estatais para a efetivação da reforma agrária nesta espacialidade, são criados, entre os anos de 1998 e 2012, 11 novos projetos de assentamentos rurais, sendo beneficiadas 1.224 famílias, em 14.852,63 hectares, transformados em espaços da reforma agrária (Tabela 09 e Gráficos 03 e 04)¹². No entanto, neste sentido, convém esclarecer que nem todos esses assentamentos possuem uma direta relação com a atuação política do movimento sem-terra nessa região (MDA; INCRA, 2012).

¹²Observa-se também durante esse período a criação pelo ITESP, em 2000, do PE Horto Silvânia, no município de Matão, em área de 405,40 hectares e com 19 famílias assentadas. Contudo, esse projeto não foi inserido entre os assentamentos criados pós-territorialização do MST na Região de Ribeirão, pois se encontra localizado na Região de Araraquara.

Tabela 8 – Ocupações de Terras Lideradas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012).

Data	Área Ocupada	Município	Acampamento	Famílias
01/01/1998	Fazenda Boa Sorte	Restinga	Boa Sorte	150
18/12/1999	Fazenda Bocaina	Matão	D. Hélder Câmara	1200
-- /03/2000	Fazenda Santa Avóia II	Barretos	D. Hélder Câmara	122
17/04/2000	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Sepé Tiarajú	100
18/04/2000	Fazenda Queixada	Barretos	D. Hélder Câmara	350
-- /04/2003	Sítio Braghetto	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
03/08/2003	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
20/08/2003	Sítio Braghetto	Ribeirão Preto	Mário Lago	100
07/11/2003	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Sepé Tiarajú	24
-- /02/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
28/03/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
19/06/2004	Área da Fundação Casa	Batatais	Salete Strozake	84
20/07/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
21/09/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	314
-- /01/2005	Área da Fundação Casa	Batatais	Salete Strozake	84
11/03/2006	Fazenda Santa Maria	Cravinhos	-	200
-- /06/2007	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	60
23/07/2007	Fazenda São João	Ribeirão Preto	Antonio Gramsci	150
15/11/2007	Área da Fundação Casa	Batatais	Salete Strozake	150
22/05/2008	Fazenda Bocaina	Serra Azul	Alexandra Kollontai	60
04/06/2008	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Alexandra Kollontai	150
22/08/2008	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	150
06/12/2008	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Alexandra Kollontai	150
06/12/2008	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	60
28/04/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	20
01/05/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	100
11/06/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	100
27/06/2009	Fazenda Santo Antônio	Vista Alegre do Alto	-	20
22/12/2010	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	60
05/01/2011	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	300
14/04/2011	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	30
11/02/2012	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	200
16/02/2012	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	135
28/02/2012	Área da FEPASA	Sales de Oliveira	Aparecida Segura	200
09/05/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	97
21/05/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	82
13/08/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	40

Org: Dorival Borelli Filho (2012)¹³

¹³Os dados para a composição desta tabela foram parcialmente extraídos da base de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tabela 9 – Assentamentos Rurais Criados na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Município	Assentamento	Criação	Área	Domínio	Fam.	Liderança
Colômbia	PA Perdizes	10/11/98	1.506,17	INCRA	35	FERAESP
Colômbia	PA Formiga	10/11/98	1.063,39	INCRA	59	FERAESP
Restinga	PE Boa Sorte	10/12/99	2.979,07	ITESP	154	MST
Bebedouro	PE Reage Brasil	27/12/00	1.296,30	ITESP	80	FERAESP
Pitangueiras	PE Ibitiúva	27/12/00	725,01	ITESP	38	FERAESP
Pradópolis	PE Guarany	27/12/00	4.190,22	ITESP	252	FERAESP
Jaboticabal	PA Córrego Rico	05/11/01	467,18	ITESP	47	FERAESP
Serra Azul	PDS Sepé Tiarajú	20/09/04	798,00	INCRA	79	MST
Ribeirão Preto	PDS da Barra	20/06/07	1.548,48	INCRA	440	MST
Batatais	PE Nossa Terra	03/11/08	239,76	ITESP	30	MST
Orlândia	PA Orlândia	31/03/09	39,05	INCRA	10	MST
Total	11	-	14.852,63	-	1.130	-

Fonte: Adaptado de MDA; INCRA, 2012.

A análise conjunta dos gráficos a seguir indica uma assimetria entre o número de famílias assentadas e hectares arrecadados, notadamente, no ano de 2007, revelando ainda que não ocorrem processos de criação de novos projetos de assentamento rurais nesta espacialidade nos anos de 2002, 2003, 2005, 2006, caracterizando-se como uma política pública paralisada a partir de 2010. Em 2007, registra-se o maior número de famílias assentadas (440), com a criação de um único assentamento, o PDS – Fazenda da Barra, o que, por sua vez, não corresponde ao ano com o maior número de hectares arrecadados para o programa, 2000, período em que foram assentadas 370 famílias na região, com a criação de três assentamentos (PE Reage Brasil, PE Ibitiúva e PE Guarany).

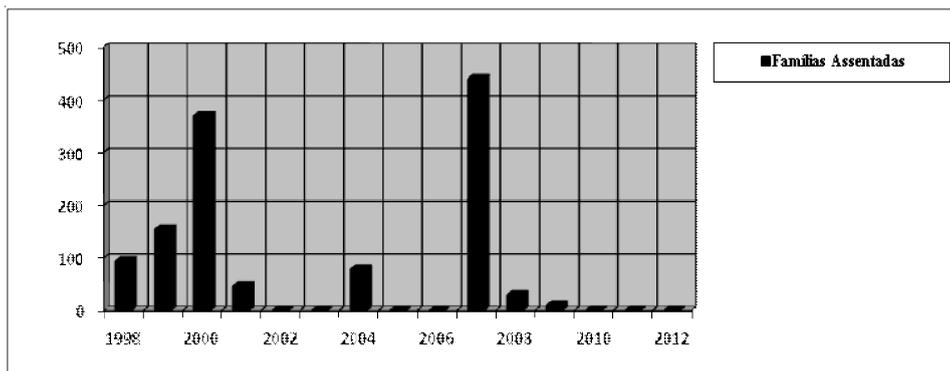


Gráfico 3 – Número de Famílias Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

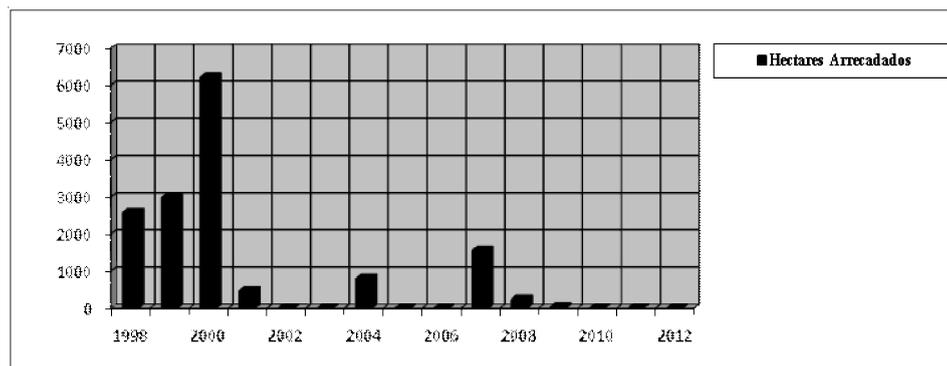


Gráfico 4 – Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

A intensidade das ocupações de terras promovidas pelo MST na Região de Ribeirão Preto sofreu um revés considerável no ano de 2001, muito provavelmente em razão da publicação da Medida Provisória 2109-52, de autoria do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, por sua vez, criminalizou a luta pela terra no país, ao desautorizar o INCRA a realizar vistorias em áreas ocupadas

pelos movimentos sociais camponeses¹⁴. Ainda sobre as ocupações lideradas pelo movimento sem-terra nesta espacialidade, convém destacar que a periodicidades destas ocupações também sofreu um declínio nos anos de 2002, 2006 e 2010, que, justamente, coincidem com anos da corrida eleitoral à Presidência da República, retornando em maior intensidade nos anos subsequentes, o que sugere um atrelamento entre o movimento e os Governos Populares (Gráfico 5).

Os maiores registros de famílias em ocupações de terra correspondem aos anos de 1999, quando o MST ocupou a Fazenda Bocaina, no município de Matão, com um número superestimado de 1.200 famílias, instalando o acampamento Dom Hélder Câmara, logo no início do processo de espacialização do movimento na Região de Ribeirão Preto, e ao ano de 2004, quando o MST ocupou com o acampamento Mário Lago, em quatro oportunidades, a Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, com, aproximadamente, 265 famílias envolvidas em cada processo de ocupação e uma área pertencente à Fundação Casa, em Batatais, instalado o acampamento Salete Strozake com 84 famílias, números que totalizam 1.193 famílias em processos de ocupação neste período. Destoando da perspectiva de análise, em 2007, registra-se um número superior de famílias assentadas (440) com relação ao número de famílias acampadas (360), momento que corresponde à criação pelo INCRA do PDS – Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto.

¹⁴A fim de viabilizar sua política de reforma agrária, Fernando Henrique Cardoso publicou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda dizia respeito a não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez (FERNANDES, 2003).

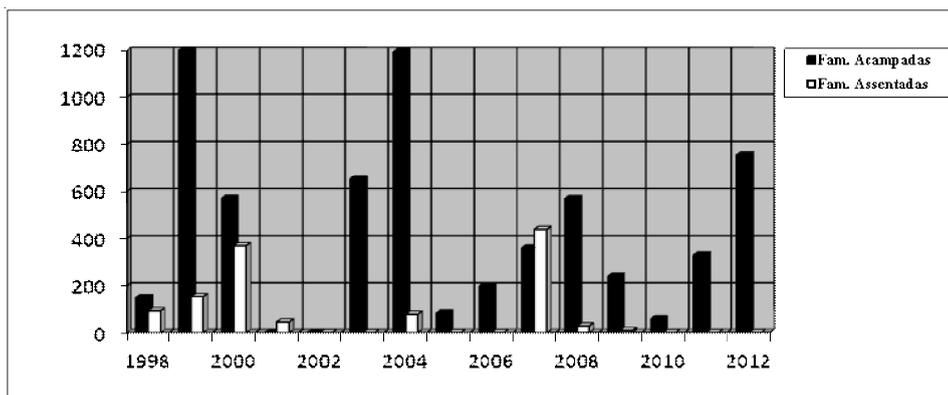


Gráfico 5 – Famílias Acampadas e Assentadas na Região de Ribeirão Preto/ SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Atingindo algumas conquistas territoriais entre os anos de 1998 e 2009, com o reconhecimento das terras da Fazenda Boa Sorte (Restinga), com a arrecadação da Fazenda Santa Clara (Serrana/Serra Azul) e com a desapropriação da Fazenda da Barra (Ribeirão Preto), que totalizam 5.604,36 hectares arrecadados para a reforma agrária na Região de Ribeirão Preto e um contingente de 713 famílias de trabalhadores rurais assentados, o ritmo da criação de novos projetos de assentamentos rurais nessa região vem declinando, fenômeno observado, especialmente, após os anos de 2008-09, com a criação dos projetos Nossa Terra (Batatais) e o PA Orlandia (Orlandia). Neste sentido, o movimento sem-terra não vem obtendo grandes êxitos em suas reivindicações de novas áreas para fins de reforma agrária, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 10).

Tabela 10 – Áreas Reivindicadas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Ano	Município	Propriedade	Área (ha)
1998	Restinga	Fazenda Boa Sorte	2.979,07
1999	Matão	Fazenda Bocaina	1.000,00
2000	Barretos	Fazenda Santa Avóia II	1.270,43
	Serrana/Serra Azul	Fazenda Santa Clara	797,74
	Barretos	Fazenda Queixada	-
2003	Ribeirão Preto	Fazenda da Barra	1.548,48
	Serrana/Serra Azul	Fazenda Santa Clara	797,74
2004	Ribeirão Preto	Fazenda da Barra	1.548,48
	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
2005	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
2006	Cravinhos	Fazenda Santa Maria	1.250,00
2007	Ribeirão Preto	Fazenda São João	500,00
	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
	Orlândia	Área da FEPASA	-
2008	Serra Azul	Fazenda Bocaina	200,00
	Serra Azul	Área da Fazenda Santa Clara	-
	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
2009	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Vista Alegre do Alto	Fazenda Santo Antônio	-
2010	Orlândia	Área da FEPASA	-
2011	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Orlândia	Área da FEPASA	-
2012	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Sales de Oliveira	Área da FEPASA	-
	Pradópolis	Fazenda Magalhães	254,00

Org: Dorival Borelli Filho (2012).

A partir do seu processo de espacialização e territorialização o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu estabelecer seis estruturas sócio-espaciais na Região de Ribeirão Preto, além dos acampamentos Alexandra Kollontai, localizado em Serrana e com 250 famílias acampadas e Aparecida Segura (Orlândia), com cerca de 50 famílias: o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara (Ribeirão Preto); o PE Boa Sorte (Restinga); o PDS Sepé Tiarajú (Serra Azul); o PDS Mário Lago (Ribeirão Preto); o PE Nossa Terra (Batatais) e o PA Orlândia (Orlândia). Esquemáticamente, as estruturas sócio-espaciais engendradas pelo movimento sem-terra na região podem ser representadas da seguinte maneira (Figura 1):

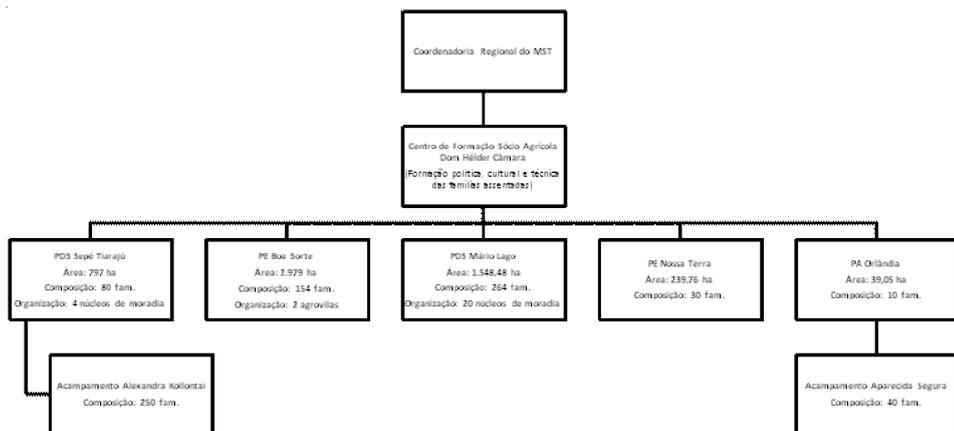


Figura 1 – Organograma da Estrutura Regional do MST
Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Considerações Finais

Ao término deste estudo convém ainda considerar que para a efetivação do processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de uma estrutura organizativa constituída por uma coordenação regional do movimento, centro de formação política, setores de atividades, núcleos de base, além do intensivo trabalho de base realizado nas periferias urbanas da região.

Neste sentido, podemos acrescentar o estabelecimento de uma ação política como estratégia de disputa espacial pelo território, que se estabelece na articulação com os agentes sócio-políticos locais: setores progressistas da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), entidades de classe, mas, especialmente, o posicionamento do Ministério Público Estadual (que não se comportou meramente como um agente processual, mas como um ator político signatário) e nos processos de ocupação das sedes das instâncias governamentais (Prefeitura, INCRA, ITESP), nos debates realizados nas periferias urbanas e paralisações nas rodovias como mecanismos de popularização da luta, objetivando a ocupação de latifúndios improdutivos pertencentes ao agronegócio local e terras públicas utilizadas irregularmente pela agroindústria canavieira.

Finalmente, o processo de territorialização do movimento sem-terra nesta espacialidade pode ser compreendido como a quebra do monopólio da

propriedade privada exercido pelo capital agroindustrial, mas, sobretudo do ideário de desenvolvimento e forma de reprodução social capitalista postulado por este setor da economia, introduzindo novas lógicas de ação política, de sociabilidade e resistência, novas leituras sobre o papel do Estado, bem como novos território e territorialidades a partir da consolidação dos projetos de assentamentos de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto.

Referências

ALBUQUERQUE, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão**: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte. 2000. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – UNESP, Franca, 2000.

ALY JÚNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v. 14, n.º. 2, p. 283-303, 2011.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade – Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 21 de Dezembro de 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Santa Avóia II", situado no Município de Barretos, Estado de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

CARVALHO, T. A. Os Trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista PUC Viva**, n.º. 33, out. 2008.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n.º. 13, p. 16-25, jul./dez. 2008.

FAO. Bioenergy and Food Security: The BEFS Analytical Framework.

Environment and Natural Resources Management Series, nº. 16, Roma, 2010.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**. Buenos Aires, ano IV, nº. 11, pp. 31-40, maio/ago. 2003.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Estudo de Caso sobre as Perspectivas de Sustentabilidade Agroambiental num Assentamento de Reforma Agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo. In: II SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA DA USP, UNICAMP, UFSCar, UFRJ e UNESP, **Anais**, 2009, São Paulo.

GRAZIANO, F. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, dez. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 21/04/2012.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Valor de Terra Nua**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nial/precors.aspx?cod_tipo=1&cod_sis=8. Acesso em: 21/04/2013.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Estatísticas de Produção da Agropecuária Paulista**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nial/subjectiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso em: 01/05/2013.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** – monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso em: 16/06/2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** – monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Município de Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso em: 16/06/2012.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos – Situação Quanto à Localização Municipal**. São Paulo, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Coordenação-Geral de Implantação. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007.

OLIVETTE, M. P. A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.6, jun./2009.

RAMOS, D. A. R. **Território e indústria**: as empresas metalomecânicas em Sertãozinho. 136 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2008.

SILVA, M. A. de M.. Trabalho e Trabalhadores na Região do "Mar de Cana e do Rio de Álcool". **Agrária**. São Paulo, nº. 2, p. 2-39, 2005.

SILVA, M. A. de M. Mortes e acidentes nas profundezas do 'mar de cana' e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS**. São Paulo, v.3, nº. 2, p. 1-31, abr./ago, 2008.

SOUZA, J. G. de; PERES, R. T. Commodities e água: fundamentos ambientais da questão agrária. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, **Anais**, Belo Horizonte (MG), 2012.

SOUZA, J. G. de. Apresentação. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 9, nº. 2, p. 1-4, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 01/05/2013.

SPAROVEK, G. *et al.* Environmental, land-use and economic implications of

Brazilian sugarcane expansion 1996-2006. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 14, p. 285-298, 2009.

TEIXEIRA, A. C. H. et al. Do Romper da Cerca ao Acesso a Terra: resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro, Descalvado-SP. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara, v. 14, nº. 1, p. 197-217, 2011.

TONETTO, S. M. **Clamores da luta pela terra**: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UNESP, Franca, 2007.

ÚNICA. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. Departamento de Economia e Estatística. **Licenciamento anual de autoveículos novos no Brasil (ciclo Otto) por tipo de combustível**. 2013. Disponível em: www.unica.com.br/unicadata. Acesso em: 31/07/2013.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa.